

2ª PARTE

A DESACELERAÇÃO ECONÔMICA

CAPÍTULO VII

Uma Nova Fase de Substituição de Importações

O atual Governo parece já ter definido sua principal estratégia de desenvolvimento econômico a médio prazo. Trata-se do estímulo ao crescimento e à diversificação da indústria de bens de capital.

O desenvolvimento econômico ocorrido nos últimos sete anos no Brasil baseou-se na expansão e diversificação da indústria dos bens de consumo de luxo. O automóvel foi o símbolo principal dessa expansão. As indústrias que mais cresceram foram aquelas que tinham condições de produzir para a classe alta e para a classe média bens ou serviços de luxo, em vez de produzir os chamados bens de subsistência ou bens de salário, consumidos pelos trabalhadores não especializados e pelos trabalhadores rurais.

Um desenvolvimento apoiado em uma aliança entre, de um lado, tecnoburocratas civis e militares originários das classes médias e, de outro lado, empresários capitalistas nacionais e estrangeiros deveria naturalmente ter este resultado. O esquema interessava a ambos os grupos. Permitia que a renda se distribuísse entre os participantes privilegiados da aliança, de maneira razoavelmente eqüitativa. Produzindo bens de consumo de luxo, os empresários capitalistas necessitavam

da classe média para consumi-los. Por outro lado, utilizando tecnologias sofisticadas, que empregam pouca mão-de-obra, e esta em sua grande maioria especializada, estas indústrias e serviços empregavam principalmente elementos da classe média, inclusive operários especializados.

Em conseqüência disto, a indústria de bens de capital desenvolveu-se de forma insuficiente nesse período. Mais precisamente, as indústrias de máquinas, ferramentas e de equipamentos industriais em geral cresceram menos do que seria necessário. No setor dos bens de capital, desenvolveram-se apenas as indústrias ligadas à indústria automobilística (caminhões, tratores, máquinas de terraplenagem) e à indústria de equipamentos elétricos para usinas hidrelétricas. Estes setores, porém, eram dominados por capitais estrangeiros. O setor de equipamentos, em que a participação nacional é ainda ponderável, permaneceu relativamente estagnado. Sempre que as indústrias necessitavam de equipamentos, obtinham liberação do CDI com grande facilidade.

Sem dúvida, na medida em que nossas exportações se multiplicavam por três e por quatro em poucos anos, era preciso também aumentar as importações. Um dos setores cujas importações foi mais fácil liberar, na medida em que os produtores locais estavam menos organizados para se defender, foi a indústria de bens de capital. O princípio da similaridade pode inclusive ser interpretado com flexibilidade nesse setor. O resultado foi que a indústria de bens de capital, que em fins dos anos cinquenta já alcançara um respeitável nível de diversificação e sofisticação tecnológica, cresceu lentamente nos últimos anos.

A época em que o problema era estimular as importações, já que as exportações cresciam em ritmo espantoso, já não mais existe. A conjuntura internacional mudou, surgiu a crise do petróleo que fará aumentar nosso deficit comercial em mais de dois milhões de dólares. As importações em geral, dada a prosperidade da economia e as facilidades para importar, começaram a crescer mais rapidamente do que as exportações. Por outro lado, os encargos financeiros, os *royalties*, os lucros remetidos, os fretes, os seguros, as viagens turísticas da classe média afluyente começavam a pesar de forma crescente em nosso balanço de pagamentos. Prevê-se

para este ano um deficit na balança de transações correntes de mais de quatro bilhões de dólares.

Nesse momento, uma mudança de política econômica se impunha. Algumas restrições às importações foram levantadas, cujos efeitos a curto prazo poderão ser moderadamente benéficos. Mas a política de médio prazo realmente importante que o governo parece ter tomado foi sua decisão de estimular a indústria de bens de capital. Entraríamos, assim, em uma nova fase de substituição de importações. O objetivo, agora, seria complementar a substituição das indústrias de equipamentos que ganharam impulso nos anos cinqüenta, mas que arrefeceram em seguida.

Em sua primeira reunião, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, órgão criado pelo novo governo para coordenar a política econômica, criou três empresas ligadas ao BNDE, entre as quais a Mecânica Brasileira S.A. — Embramec, a qual terá como objetivo participar minoritariamente das empresas de bens de capital e estimular seu desenvolvimento. O Presidente da República, por sua vez, fez recomendações específicas na segunda reunião do CDE para que as empresas governamentais e os ministérios “colocassem o maior número possível de encomendas de máquinas e equipamentos relativos aos projetos em andamento à indústria nacional”.

O Ministro do Planejamento, por sua vez, em entrevista aos jornais, declarava que seria dada grande ênfase à indústria de equipamentos no novo governo. A participação da produção nacional de equipamentos na despesa total deverá crescer em quatro anos de 60 para 70%. Na produção de bens de capital sob encomenda, essa participação deverá crescer de 45 para 60%.

Não há dúvida quanto ao acerto destas medidas. O desenvolvimento da indústria de bens de capital é essencial para que o desenvolvimento brasileiro ganhe maior autonomia. E agora que o problema da carência de dólares volta a surgir, a escolha desta área para substituir importações é perfeitamente correta.

É preciso, todavia, observar que o eventual êxito destas medidas não vai mudar as características concentradoras de

renda e marginalizadoras dos benefícios do desenvolvimento do nosso atual modelo de crescimento econômico. Pelo contrário, estas características tenderão só a agravar-se. Quando se desenvolve a indústria de bens de capital, não se necessita sequer do mercado de classe média como acontece para a produção de bens de consumo de luxo.

O acerto destas medidas, portanto, só seria real se fosse complementado com outras medidas que tendessem a distribuir melhor a renda, através da taxaço dos recipientes de rendas mais elevadas, do aumento da poupança pública e do estímulo às indústrias de bens de subsistência ou bens de salário. Mas semelhante política já foi apelidada indiscriminadamente de "distributivismo prematuro". Tudo indica, portanto, que continuaremos com o "concentracionismo previdente".

(*Última Hora*, 18 de julho de 1974.)